



PROCESSO Nº 037/2026/PMES

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026

Unidade Requisitante:	Secretaria de Serviços Públicos
Processo n°	037/2026/PMES
Pregão Eletrônico nº	013/2026
Critério de Julgamento:	Menor Preço por lote.
Objeto:	Registro de Preço para eventual aquisição de UNIFORMES, designados a Secretaria de Serviços Públicos do Município de Socorro SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital.
SISTEMA:	BBMNET LICITAÇÕES ELETRONICAS
Fundamento:	Lei Federal nº 14133/2021, Decretos Municipal nº 4492/2023, 4488/2023, 4490/2023, 4493/2023, 4494/2023, 4495/2023, 4646/2024 e 4650/2024, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.
Início de Recebimento das Propostas	09/02/2026 às 15h
Término do Recebimento de Propostas:	25/02/2026 até às 09h
Abertura e Análise de Proposta:	25/02/2026, às 09h10min
Início da Etapa de Lances:	25/02/2026, às 09h20min
Modo de Disputa:	Aberto
EXCLUSIVO PARA ME/EPP:	Sim
VALIDADE DA PROPOSTA:	(60 DIAS)
Acesso ao Edital:	https://novobbmnet.com.br ou www.socorro.sp.gov.br
Local:	https://novobbmnet.com.br



PREÂMBULO

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Socorro, por meio da Secretaria de Administração e Planejamento – Supervisão de Licitação, sediada à Avenida José Maria de Faria, nº 71, Bairro: Salto, Socorro/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Socorro, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço <https://novo bbmnet.com.br>

O participante deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

1. DO OBJETO:

1.1 O objeto da presente licitação cuida do **Registro de Preço para eventual aquisição de UNIFORMES, designados a Secretaria de Serviços Públicos do Município de Socorro SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital**, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1 Cabe aos participantes a ciência de que deverá responsabilizar-se pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. **Esta licitação destina-se a participação exclusiva de empresas enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**



2.3.1 Será assegurado o critério de desempate para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.3.1.1 Equiparam-se as microempresas e empresas de pequeno porte as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3.2 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00).

2.4. Poderão participar deste Pregão empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar



conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

3.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

3.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



3.2.4. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O participante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 a 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

3.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

4. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA:

4.1 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu “**Sala de Disputa**”, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa “**Aberto para receber propostas**”.

4.1.1. O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.



4.1.2. O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”.

4.1.3. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

a) Na eventualidade de o licitante ser o fabricante ou detentor da marca do item ofertado, esta informação poderá ser preenchida com expressões como "fabricação própria", "conforme edital" e outras, evitando-se, assim, a identificação do licitante.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital;

4.2.2. Não será obrigatória apresentação de proposta para todos os itens, podendo o licitante apresentar proposta somente para o(s) item(ns) de seu interesse.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



4.12 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.13 Não haverá necessidade de inserção de proposta inicial ou ficha técnica nesta fase.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública.

5.3. Quando autorizado e devidamente justificado pelo pregoeiro, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.

5.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7. O lance deverá ser ofertado pelo **valor por lote**.

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:

LOTES	INTERVALO
01	R\$ 63,00
02	R\$ 18,00
03	R\$ 23,00
04	R\$ 105,00



5.11. O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.

5.12. No pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado.

5.12.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.12.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.12.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro **persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública será suspensa** e reiniciada somente após comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.12.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.13. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.13.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.13.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.13.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.13.4. Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.



5.14. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.14.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.14.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.14.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.14.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (*compliance*), conforme orientações dos órgãos de controle.

5.15. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.15.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Município licitante, em que este se localize, ou seja, Estado de São Paulo;

5.15.2 empresas brasileiras;

5.15.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.15.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.16 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.16.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.16.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.16.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.17 Será desclassificada a proposta que:

5.17.1 conter vícios insanáveis;

5.17.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.17.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.17.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



5.17.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.18 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.18.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

5.18.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.18.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.18.1.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.18.1.4 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.20. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes esclarecimentos que julgar necessários.

5.21. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.1. A proposta final deverá constar:

a) As especificações dos itens ofertados (Documento contendo as especificações/descriptivos técnico completo dos itens ofertados);

b) Valor Total da Proposta: _____ (_____);

c) O preço unitário e total por lote, em moeda corrente nacional, sendo aceitas no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

d) Marca do Produto;

e) O prazo de validade da proposta: _____ (mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes);

f) Condições de Fornecimento: _____ (conforme Termo de Referência);

g) Prazo de Entrega: _____ (conforme com o termo de referência);

h) Condições de pagamento: 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal;

i) Declaração: Declaro sob as penas da lei, que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência;

j) Declaro sob as penas da lei, que o(s) preço(s) apresentado(s) contempla(m) todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.

5.21.2 A proposta final poderá seguir o modelo Anexo III.

5.21.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



5.21.4 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.21.5. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes esclarecimentos que julgar necessários.

5.22 *As amostras deverão ser entregues em no máximo 5 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão de lance deste pregão, juntamente com a documentação complementar exigida, em outras exigências da habilitação e na relação de produtos para amostra. A aceitação da proposta do Certame está condicionada à aprovação da amostra.*

5.22.1 *As amostras serão avaliadas em sessão pública por comissão especialmente designada. A sessão pública será agendada via chat da plataforma utilizada para realização do pregão eletrônico.*

5.22.2 *As amostras deverão ser entregues no Almoxarifado Municipal localizado no endereço Avenida Farmacêutico Oswaldo Paiva n° 755 Cubas Socorro, SP.*

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante; e
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- e) Certidão de Apenados de Impedimentos de Contrato/Licitação (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa/relacao-apeados>).

6.1.1 *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

6.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação.**



6.4. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.4.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.4.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.4.3- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.4.4 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.4.5 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz.

6.4.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.4.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.5 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

6.5.1. **CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pelo Ministério da Fazenda.

6.5.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

a - A Prova de Inscrição Estadual poderá ser verificada através da DECA ou documento oficial equivalente, emitido pelo Estado de origem da licitante;

b- Caso a empresa não possua Inscrição Estadual deverá apresentar declaração de isenção, em substituição ao item acima citado.

c - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.5.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

1 – A Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União deverá ser procedida através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Positiva com efeitos de



Negativa, a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei Federal nº 8.212/1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.

2 – A Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor deverá ser através de Certidão Negativa de Débitos Estadual Completa, ou positiva com efeitos negativa.

OBS:

a) Prova de Regularidade Estadual obedecerá aos critérios estabelecidos em cada unidade da Federação e em qualquer caso deverão constar todos os impostos pertinentes aos cofres Estaduais.

b) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

6.5.4. **FGTS** - Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.

6.5.5. **CNDT** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao)

6.5.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

6.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.6. - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.6.1 Comprovação de aptidão técnica para fornecimento de itens com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos objetos deste estudo, por meio de atestados ou certidões emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem fornecimentos anteriores de natureza similar.

6.6.2 O licitante vencedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser solicitados pela Administração documentos complementares, tais como cópia do contrato que originou o serviço/fornecimento atestado, endereço atualizado da CONTRATANTE e local de execução do objeto, entre outros.

6.7 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 69, “caput”, inciso II.



6.8 - AS COOPERATIVAS PARTICIPANTES DEVERÃO APRESENTAR AS SEGUINTE DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES:

6.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

6.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

6.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

6.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

6.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

6.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

6.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

6.9. PARA EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO:

6.9.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

6.9.2. indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

6.9.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

6.9.4. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.9.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.



6.10 DA COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE ME E/OU EPP:

6.10.1 – A comprovação de enquadramento no porte de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) poderá ser realizada através de apresentação de Declaração ou Certidão de enquadramento emitida pela Junta Comercial competente ou Declaração, firmada por profissional de contabilidade, ou outro documento oficial que comprove o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.11 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

6.11.1. O licitante deverá apresentar, as declarações abaixo sob pena de inabilitação, conforme modelo indicativo Anexo IV:

6.11.1.1 Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação, de que inexistem fatos impeditivos, e de que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.11.1.2 Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

6.11.1.3 Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

6.11.1.4 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

6.11.1.5 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.11.1.6 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

6.11.1.7 Declaração de que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP).

6.12 – FORMA DE APRESENTAÇÃO:

6.12.1 Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET.



6.12.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio eletrônico, desde que possível comprovar sua veracidade.

6.12.2.1 Quando houver a necessidade de apresentação de documentos originais não-digitais, os mesmos deverão ser encaminhados da seguinte forma:

CORRESPONDÊNCIA: Correio com AR, Sedex ou Remessa Expressa, ou diretamente ao setor de Protocolo do Município de Socorro, endereçando à Comissão Permanente de Contratação do MUNICÍPIO DE SOCORRO com o número do Pregão Eletrônico e do Processo, localizada na Avenida José Maria de Faria, nº 71, Bairro: Salto, Socorro/SP, CEP: 13.960-000; Prazo para envio: até 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública, prorrogáveis por igual período a contar da data de comunicação do Pregoeiro, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis;

6.12.3 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

6.12.4 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

6.12.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.12.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.12.7 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **Duas Horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

6.12.8 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.12.8.1 Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

6.12.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



6.12.10 Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro.

6.12.11 Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

6.12.11.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.12.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.12.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.12.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.12.14 *Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.*

6.12.15 *Os documentos expedidos por órgãos oficiais que não contenham prazo de validade específica em seu corpo serão considerados válidos por até 90 (noventa) dias, com exceção:*

a) não se enquadram no prazo de que trata este item os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, que é o caso dos atestados de capacidade (responsabilidade) técnica, entre outros.

6.12.16 *Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06:*

6.12.16.1 – *Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

6.12.16.2 – *A não regularização da documentação implicará decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.*



7 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

7.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

7.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7.5 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

8.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

8.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

8.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

8.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

8.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou



8.3.2 quando houver o cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 20 e art. 21 do Decreto nº 4.650/24.

8.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

8.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

9.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.1.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.1.4 **No caso de prorrogação da ata de registro de preços**, os valores registrados poderão ser **reajustados**, sendo a data-base da proposta da licitação ou do orçamento a que ela se referir, como termo inicial de contagem para aplicação do reajuste. Na hipótese de prorrogação do vínculo, que ultrapasse o limite de 12 [doze] meses, o presente instrumento será reajustado com base no índice IPCA ou outro que o vier a substituir.

9.1.4.1 O reajuste dos preços registrados será formalizado por meio de simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

10 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:

10.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

10.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



10.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a administração pública municipal procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

10.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a gerenciadora deverá realizar a negociação com vistas à redução dos preços registrados, bem como renegociar os valores dos contratos decorrentes da ata de registro de preços, com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que impossibilite de cumprir o compromisso.

10.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

10.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

10.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

10.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

11.1 O registro do fornecedor será cancelado pela administração pública municipal gerenciadora, quando o fornecedor:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 19 §2º do Decreto Municipal nº 4650, de 2024; ou

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro



de preços, poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 11.1 será formalizado por despacho, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela administração pública municipal gerenciadora, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.4.1. Por razão de interesse público;

11.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 18, § 3º e § 4º do art. 19, ambos do Decreto Municipal nº 4.650, de 2024.

12 - DOS RECURSOS:

12.1 A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

12.3.1 O tempo mínimo para **manifestação da intenção de recurso será de 10 minutos**, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:



- 13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. Dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8. Apresentar declaração ou documentação Falsa durante a execução do contrato;
- 13.1.9. Fraudar a Licitação ou Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846/2013.

13.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- 13.2.1. Advertência;
- 13.2.2. Multa;
- 13.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 A advertência será aplicada exclusivamente pela inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.5 A multa será aplicada no percentual de 10% do valor do contrato licitado e será aplicado ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 13.1.

13.6 O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §4º do art.155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7 A declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §5º do art.155, bem como pelas infrações administrativas também previstas §5º do art.155 que



justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.7.1. A aplicação da declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica e observará as regras do artigo 156, § 6º, da Nova Lei de Licitações.

13.8 As sanções previstas nos itens 13.2.1, 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa prevista no item 13.2.2.

13.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.10 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.11 Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.12 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12.1. Caso haja o deferimento do pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias contado da data da intimação.

13.12.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.12.3. As regras de prescrição observarão o previsto no artigo 159, § 49, da Lei 14.133/2021.

13.13 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

13.14 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora de 10%.

13.14.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste edital.



13.15 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via Sistema BBMNET.

14.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br.



15.10 Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobbmnet.com.br.

15.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.12 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal www.novobbmnet.com.br, e no endereço eletrônico www.socorro.sp.gov.br

15.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 15.13.1 ANEXO I - Termo de Referência
- 15.13.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.
- 15.13.3 ANEXO III – Modelo de minuta de proposta final;
- 15.13.4 ANEXO IV – Modelo Unificado das demais declarações.

Socorro, 06 de fevereiro de 2026.

Amadeu Luiz Zanesco
Secretário Municipal de Serviços

Procurador(a) Jurídico(a)-PMES



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. OBJETO

1.2. Aquisição de uniforme, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	MODELO	QTDD	V. UNI	TOTAL
LOTE 1 – CAMISETA DRY FIT				
1	Camiseta manga longa dry fit verde petróleo P - Camisa dry- fit uv. Unisex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	6	R\$ 58,66	R\$ 351,96
2	Camiseta manga longa dry fit verde petróleo M - Camisa dry- fit uv. Unisex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	12	R\$ 58,66	R\$ 703,92
3	Camiseta manga longa dry fit verde petróleo G - Camisa dry- fit uv. Unisex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	14	R\$ 58,66	R\$ 821,24
4	Camiseta manga longa dry fit verde petróleo GG - Camisa dry- fit uv unisex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	14	R\$ 61,00	R\$ 854,00



5	Camiseta manga longa dry fit verde petróleo XG - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	12	R\$ 61,00	R\$ 732,00
6	Camiseta manga longa dar fit verde petróleo G1 - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	10	R\$ 61,00	R\$ 610,00
7	Camiseta manga longa dry fit verde petróleo G2 - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	10	R\$ 61,00	R\$ 610,00
8	Camiseta manga longa dry fit verde lima P - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	20	R\$ 58,66	R\$ 1.173,20
9	Camiseta manga longa dry fit verde lima M - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	40	R\$ 58,66	R\$ 2.346,40
10	Camiseta manga longa dar fit verde lima G - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa.	50	R\$ 58,66	R\$ 2.933,00



	Tamanho do pp ao especial.			
11	Camiseta manga longa dry fit verde lima GG - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	45	R\$ 61,00	R\$ 2.745,00
12	Camiseta manga longa dry fit verde lima XG Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	45	R\$ 61,00	R\$ 2.745,00
13	Camiseta manga longa dry fit verde lima G1 - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	30	R\$ 61,00	R\$ 1.830,00
14	Camiseta manga longa dry fit verde lima G2 - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	30	R\$ 61,00	R\$ 1.830,00
15	Camiseta manga longa dry fit preto P - Camisa dry- fit uvUnissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	2	R\$ 58,66	R\$ 117,32



16	Camiseta manga longa dry fit preto M - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	6	R\$ 58,66	R\$ 351,96
17	Camiseta manga longa dry fit preto G - Camisa dry- fit uvUnissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	6	R\$ 58,66	R\$ 351,96
18	Camiseta manga longa dry fit preto GG - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	6	R\$ 61,00	R\$ 366,00
19	Camiseta manga longa dry fit preto XG - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	4	R\$ 61,00	R\$ 244,00
20	Camiseta manga longa dry fit preto G1 - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	4	R\$ 61,00	R\$ 244,00
21	Camiseta manga longa dry fit preto G2 - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	4	R\$ 61,00	R\$ 244,00



22	Camiseta manga longa dry fit azul petróleo P - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	4	R\$ 58,66	R\$ 234,64
23	Camiseta manga longa dry fit azul petróleo M - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	8	R\$ 58,66	R\$ 469,28
24	Camiseta manga longa dry fit azul petróleo G - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	8	R\$ 58,66	R\$ 469,28
25	Camiseta manga longa dry fit azul petróleo GG - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	8	R\$ 61,00	R\$ 488,00
26	Camiseta manga longa dry fit azul petróleo XG - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	6	R\$ 61,00	R\$ 366,00
27	Camiseta manga longa dry fit azul petróleo G1 - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa.	4	R\$ 61,00	R\$ 244,00



	Tamanho do pp ao especial.			
28	Camiseta manga longa dry fit azul petróleo G2 - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	4	R\$ 61,00	R\$ 244,00
29	Camiseta manga longa dry fit azul marinho P - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	10	R\$ 58,66	R\$ 586,60
30	Camiseta manga longa dry fit azul marinho M - Camisa dry- fit uv Unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	20	R\$ 58,66	R\$ 1.173,20
31	Camiseta manga longa dry fit azul marinho G - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	20	R\$ 58,66	R\$ 1.173,20
32	Camiseta manga longa dry fit azul marinho GG - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	20	R\$ 61,00	R\$ 1.220,00



33	Camiseta manga longa dry fit azul marinho XG - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	20	R\$ 61,00	R\$ 1.220,00
34	Camiseta manga longa dry fit azul marinho G1 - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	12	R\$ 61,00	R\$ 732,00
35	Camiseta manga longa dry fit azul marinho G2 - Camisa dry- fit uv unissex. Protection slim fitness, com proteção da pele da ação nociva dos raios uv-a e uv-b, com o fator de proteção solar fps 50+ bloqueio de 99% dos raios uv-a e uv-b, além de um fator de proteção 50 (fpu 50+); podendo variar a cor; manga longa. Tamanho do pp ao especial.	12	R\$ 61,00	R\$ 732,00
				R\$ 31.557,16
LOTE 2 – CAMISA				
36	Camisa escritório feminina P - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	8	R\$ 67,16	R\$ 537,28



37	Camisa escritório feminina M - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	8	R\$ 67,16	R\$ 537,28
38	Camisa escritório feminina G - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	10	R\$ 67,16	R\$ 671,60
39	Camisa escritório feminina GG - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	12	R\$ 69,00	R\$ 828,00



40	Camisa escritório feminina XG - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	8	R\$ 69,00	R\$ 552,00
41	Camisa escritório feminina G1 - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	6	R\$ 69,00	R\$ 414,00
42	Camisa escritório feminina G2 - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	6	R\$ 69,00	R\$ 414,00



43	Camisa escritório masculina P - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	6	R\$ 67,16	R\$ 402,96
44	Camisa escritório masculina M - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	10	R\$ 67,16	R\$ 671,60
45	Camisa escritório masculina G - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	12	R\$ 67,16	R\$ 805,92



46	Camisa escritório masculina GG - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	15	R\$ 69,00	R\$ 1.035,00
47	Camisa escritório masculina XG - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	15	R\$ 69,00	R\$ 1.035,00
48	Camisa escritório masculina G1 - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadora com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	10	R\$ 69,00	R\$ 690,00



49	Camisa escritório masculina G2 - camisa social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster), modelagem tradicional, costura reforçada nos ombros, laterais e mangas. Colarinho estruturado, fechamento frontal com botões de alta resistência, vista embutida e bolso frontal do lado esquerdo (opcional), com bordado do logotipo institucional em linha de poliéster de alta qualidade. Punhos com abotoamento duplo ajustável. Acabamento em bainha dupla e passadoria com costura limpa cores: conforme identidade visual da instituição. Tamanhos disponíveis: p, m, g, gg e xg (ou conforme necessidade do órgão solicitante)	10	R\$ 69,00	R\$ 690,00
				R\$ 9.284,64
LOTE 3 – POLO				
50	Polo P feminino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	8	R\$ 72,33	R\$ 578,64
51	Polo M feminino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	8	R\$ 72,33	R\$ 578,64
52	Polo G feminino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	12	R\$ 72,33	R\$ 867,96
53	Polo GG feminino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	15	R\$ 75,33	R\$ 1.129,95



54	Polo XG feminino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	12	R\$ 75,33	R\$ 903,96
55	Polo G1 feminino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	10	R\$ 75,33	R\$ 753,30
56	Polo G2 feminino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	10	R\$ 75,33	R\$ 753,30
57	Polo P masculino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	8	R\$ 72,33	R\$ 578,64
58	Polo M masculino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	8	R\$ 72,33	R\$ 578,64
59	Polo G masculino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	15	R\$ 72,33	R\$ 1.084,95
60	Polo GG masculino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo,	15	R\$ 75,33	R\$ 1.129,95



	características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.			
61	Polo XG masculino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais:	15	R\$ 75,33	R\$ 1.129,95
62	Polo G1 masculino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	10	R\$ 75,33	R\$ 753,30
63	Polo G2 masculino - camisa uniforme, material: mínimo 50% de algodão, tipo manga: curta com punho, tipo colarinho: gola polo, cor: conforme identidade visual da instituição, tamanho: p ao tamanho especial, tipo uso: administrativo, características adicionais: Logomarca bordada no dorso superior esquerdo, vers.	10	R\$ 75,33	R\$ 753,30
				R\$ 11.574,48
LOTE 4 – CALÇA OPERACIONAL				
64	Calça cinza com refletivo verde neon 36 - modelagem anatômica, com elástico embutido na parte traseira da cintura, corte reto ou levemente ajustado. projetada para permitir liberdade de movimentos e resistência ao uso contínuo. Composição: mínimo 98% algodão e 2% elastano. Gramatura: entre 240 g/m² e 280 g/m². Características: tecido sarjado com elastano, que proporciona elasticidade leve e conforto ergonômico. Alta respirabilidade e conforto térmico, ideal para climas quentes. Pré-encolhido e resistente à lavagem industrial. Tamanho 36 ao 56.	20	R\$ 106,00	R\$ 2.120,00



65	Calça cinza com refletivo verde neon 38 modelagens anatômica, com elástico embutido na parte traseira da cintura, corte reto ou levemente ajustado. Projetada para permitir liberdade de movimentos e resistência ao uso contínuo. Composição: mínimo 98% algodão e 2% elastano. Gramatura: entre 240 g/m ² e 280 g/m ² . Características: tecido sarjado com elastano, que proporciona elasticidade leve e conforto ergonômico. Alta respirabilidade e conforto térmico, ideal para climas quentes. Pré-encolhido e resistente à lavagem industrial. Tamanho 36 ao 56.	30	R\$ 106,00	R\$ 3.180,00
66	Calça cinza com refletivo verde neon 40 - modelagem anatômica, com elástico embutido na parte traseira da cintura, corte reto ou levemente ajustado. Projetada para permitir liberdade de movimentos e resistência ao uso contínuo. Composição: mínimo 98% algodão e 2% elastano. Gramatura: entre 240 g/m ² e 280 g/m ² . Características: tecido sarjado com elastano, que proporciona elasticidade leve e conforto ergonômico. Alta respirabilidade e conforto térmico, ideal para climas quentes. Pré-encolhido e resistente à lavagem industrial.	40	R\$ 106,00	R\$ 4.240,00
67	Calça cinza com refletivo verde neon 42 - modelagem anatômica, com elástico embutido na parte traseira da cintura, corte reto ou levemente ajustado. projetada para permitir liberdade de movimentos e resistência ao uso contínuo. Composição: mínimo 98% algodão e 2% elastano. Gramatura: entre 240 g/m ² e 280 g/m ² . Características: tecido sarjado com elastano, que proporciona elasticidade leve e conforto ergonômico. Alta respirabilidade e conforto térmico, ideal para climas quentes.pré-encolhido e resistente à lavagem industrial. Tamanho 36 ao 56.	50	R\$ 106,00	R\$ 5.300,00



68	Calça cinza com refletivo verde neon 44 - modelagem anatômica, com elástico embutido na parte traseira da cintura, corte reto ou levemente ajustado. Projetada para permitir liberdade de movimentos e resistência ao uso contínuo. Composição: mínimo 98% algodão e 2% elastano. Gramatura: entre 240 g/m ² e 280 g/m ² . Características: tecido sarjado com elastano, que proporciona elasticidade leve e conforto ergonômico. Alta respirabilidade e conforto térmico, ideal para climas quentes. Pré-encolhido e resistente à lavagem industrial. Tamanho 36 ao 56.	50	R\$ 106,00	R\$ 5.300,00
69	Calça cinza com refletivo verde neon 46 - modelagem anatômica, com elástico embutido na parte traseira da cintura, corte reto ou levemente ajustado. Projetada para permitir liberdade de movimentos e resistência ao uso contínuo. Composição: mínimo 98% algodão e 2% elastano. Gramatura: entre 240 g/m ² e 280 g/m ² . Características: tecido sarjado com elastano, que proporciona elasticidade leve e conforto ergonômico. Alta respirabilidade e conforto térmico, ideal para climas quentes. Pré-encolhido e resistente à lavagem industrial. Tamanho 36 ao 56.	50	R\$ 106,00	R\$ 5.300,00
70	Calça cinza com refletivo verde neon 48 - modelagem anatômica, com elástico embutido na parte traseira da cintura, corte reto ou levemente ajustado. Projetada para permitir liberdade de movimentos e resistência ao uso contínuo. Composição: mínimo 98% algodão e 2% elastano. Gramatura: entre 240 g/m ² e 280 g/m ² . Características: tecido sarjado com elastano, que proporciona elasticidade leve e conforto ergonômico. Alta respirabilidade e conforto térmico, ideal para climas quentes. Pré-encolhido e resistente à lavagem industrial. Tamanho 36 ao 56.	50	R\$ 106,00	R\$ 5.300,00



71	Calça cinza com refletivo verde neon 50 - modelagem anatômica, com elástico embutido na parte traseira da cintura, corte reto ou levemente ajustado. Projetada para permitir liberdade de movimentos e resistência ao uso contínuo. Composição: mínimo 98% algodão e 2% elastano. Gramatura: entre 240 g/m ² e 280 g/m ² . Características: tecido sarjado com elastano, que proporciona elasticidade leve e conforto ergonômico. Alta respirabilidade e conforto térmico, ideal para climas quentes. Pré-encolhido e resistente à lavagem industrial. Tamanho 36 ao 56.	50	R\$ 109,00	R\$ 5.450,00
72	Calça cinza com refletivo verde neon 52 - modelagem anatômica, com elástico embutido na parte traseira da cintura, corte reto ou levemente ajustado. Projetada para permitir liberdade de movimentos e resistência ao uso contínuo. Composição: mínimo 98% algodão e 2% elastano. Gramatura: entre 240 g/m ² e 280 g/m ² . Características: tecido sarjado com elastano, que proporciona elasticidade leve e conforto ergonômico. Alta respirabilidade e conforto térmico, ideal para climas quentes. Pré-encolhido e resistente à lavagem industrial. Tamanho 36 ao 56.	50	R\$ 109,00	R\$ 5.450,00
73	Calça cinza com refletivo verde neon 54 - modelagem anatômica, com elástico embutido na parte traseira da cintura, corte reto ou levemente ajustado. Projetada para permitir liberdade de movimentos e resistência ao uso contínuo. Composição: mínimo 98% algodão e 2% elastano. Gramatura: entre 240 g/m ² e 280 g/m ² . Características: tecido sarjado com elastano, que proporciona elasticidade leve e conforto ergonômico. Alta respirabilidade e conforto térmico, ideal para climas quentes. Pré-encolhido e resistente à lavagem industrial. Tamanho 36 ao 56.	50	R\$ 109,00	R\$ 5.450,00



74	Calça cinza com refletivo verde neon 56 - modelagem anatômica, com elástico embutido na parte traseira da cintura, corte reto ou levemente ajustado. Projetada para permitir liberdade de movimentos e resistência ao uso contínuo. Composição: mínimo 98% algodão e 2% elastano. Gramatura: entre 240 g/m ² e 280 g/m ² . Características: tecido sarjado com elastano, que proporciona elasticidade leve e conforto ergonômico. Alta respirabilidade e conforto térmico, ideal para climas quentes. Pré-encolhido e resistente à lavagem industrial. Tamanho 36 ao 56.	50	R\$ 109,00	R\$ 5.450,00
				R\$ 52.540,00
				R\$ 104.956,28

2.1 Os objetos desta licitação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.2. O objeto desta licitação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 4493/23.

2.3 O levantamento de preços referente à aquisição de uniformes foi realizado por meio da solicitação direta de orçamentos junto a empresas especializadas no ramo de confecção e fornecimento de vestuário profissional.

Tal metodologia foi adotada em razão de garantir maior precisão e atualidade dos valores de mercado, considerando que os preços de uniformes variam conforme tipo de tecido, acabamento, personalização e condições de produção. As empresas consultadas possuem experiência comprovada no fornecimento de uniformes para órgãos públicos e privados, assegurando parâmetros reais e compatíveis com a qualidade e as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

Além disso, a pesquisa direta junto ao setor específico permite obter propostas representativas da realidade local e regional, atendendo ao disposto no art. 23, §1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020, que orienta a Administração Pública a adotar critérios que reflitam o preço praticado no mercado, priorizando fontes idôneas e atualizadas.

Dessa forma, o procedimento adotado assegura a adequada formação do valor estimado da contratação, fundamentando de forma técnica e transparente a definição do orçamento de referência.

2.4 Especificações dos Uniformes

- Os uniformes deverão ser confeccionados com materiais de boa qualidade, resistentes ao uso contínuo e às condições climáticas adversas (calor, chuva, poeira, entre outros).
- Os tecidos utilizados deverão garantir conforto, durabilidade e resistência, com proteção contra raios UV, especialmente para as peças utilizadas em campo.



2.4.1 Identificação Institucional

- Todas as peças deverão conter o brasão oficial do Município de Socorro, acompanhado da inscrição “Prefeitura Municipal de Socorro” logo abaixo do brasão, ambas bordadas nas camisas de modelos Polo e nas Camisas de escritório e estampadas nas camisas Dry fit.
- O brasão deverá ter medida aproximada entre 6,5 cm e 7,5 cm de largura/comprimento, garantindo boa visibilidade e proporção adequada.
- Nas costas das camisas, deverá constar, de forma legível, centralizada e proporcional ao tamanho da peça, a estampa com a identificação do departamento de atuação (ex.: Obras, Estradas, Limpeza, etc.), conforme modelo padronizado fornecido pela Administração.



**Imagem ilustrativa*



Brasão oficial do Município de Socorro



**Imagem ilustrativa*

2.4.2 Cores e Padronização

- As cores dos uniformes serão definidas pela Administração Municipal, conforme padronização vigente para cada setor, de modo a facilitar a identificação visual dos servidores.

2.4.3 Modelos de Uniformes

- Camiseta Dry Fit Manga Longa (Unisex): modelo confeccionado em tecido Dry Fit UV Protection Slim Fitness, com fator de proteção solar FPS 50+ e FPU 50+, proporcionando bloqueio de até 99% dos raios UV-A e UV-B.
 - a. Possui toque macio, alta respirabilidade, secagem rápida e excelente ajuste anatômico, garantindo conforto térmico e mobilidade durante o uso.
 - b. Indicada para atividades externas e expostas ao sol, sendo manga longa, podendo ter variação de cor, conforme definição da Administração.



- Camiseta Polo: modelo destinado a funções que exigem apresentação formal, confeccionado em tecido com mínimo de 50% algodão, com gola e botões frontais, proporcionando conforto e aparência institucional adequada.
- Camisa de Escritório: modelo social, com colarinho e fechamento frontal por botões, confeccionada em tecido confortável, adequada para uso administrativo.

2.4.4 Acabamento e Conforto

- As peças deverão apresentar costuras reforçadas, acabamentos bem executados e cortes ergonômicos, assegurando conforto, mobilidade e durabilidade ao servidor durante o trabalho.
- Todos os uniformes deverão manter padrão de qualidade uniforme entre os tamanhos e lotes produzidos.

2.4.5 Entrega

- Efetuar a entrega dos itens conforme emissão da Autorização de Fornecimento ao proponente vencedor.
- As peças deverão ser entregues dobradas, higienizadas, devidamente embaladas e identificadas por tamanho.
- Os produtos deverão ser entregues no endereço: Avenida Farmacêutico Oswaldo Paiva n° 755, Bairro dos Cubas, Socorro, São Paulo. CEP: 13960-000.
- Na entrega do objeto, o responsável e/ou motorista do veículo deverá entregar o comprovante ao responsável do Almoxarifado da Secretária de Serviços para controle em planilha de recebimento.
- No momento do recebimento no pátio da Secretaria de Serviços, o responsável pelo almoxarifado, verificará o material, sua qualidade e especificação e autorizará o descarregamento, em caso de conformidade com o pedido.

2.4.6 Tamanhos e Prova de Modelagem

- Os uniformes deverão ser confeccionados conforme o padrão nacional de medidas, atendendo aos tamanhos PP, P, M, G, GG, XG, G1 e G2, ou equivalentes, de acordo com as especificações técnicas e normas de confecção vigentes.
- As medidas devem respeitar a proporcionalidade entre os tamanhos, garantindo o caimento adequado e o conforto de todos os usuários.

Os itens solicitados deverão atender, sempre quando for o caso, todas as normas e padrões estabelecidos a seguir:

Os critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto deverão ser rigorosamente observados e atendidos sempre que couber, bem como durante a prestação dos serviços ou fornecimento do objeto, considerando os seguintes aspectos:

1. Observância das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;



2. Cumprimento das Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho;
3. Adequação às Normas do INMETRO e ao Código de Defesa do Consumidor;
4. Respeito às Leis, Decretos, Regulamentos e demais dispositivos legais emitidos pelas autoridades governamentais em âmbito Municipal, Estadual e Federal, pertinentes à execução dos serviços ora contratados;
5. Atendimento, sempre que aplicável, aos requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
- 3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.3. Os instrumentos de que trata o item anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.4. A ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência das contratações que dela possam decorrer.

4. JUSTIFICATIVA/FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

- 4.1. As Justificativas para adoção do procedimento auxiliar de sistema de registro de preços, mediante Pregão Eletrônico, seus quantitativos e demais especificações encontram-se pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar, em anexo.
- 4.2. O objeto está regularmente previsto no item 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190 e 191 do Plano de Contratações Anual Consolidado e devidamente publicado em 2026.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, em anexo ao Termo de Referência.

6. REQUISITOS

6.1. Sustentabilidade:

- 6.1.1. A aquisição não apresenta impacto ambiental significativo. Contudo, será dada preferência a fornecedores que apresentem boas práticas sustentáveis, como uso de materiais recicláveis ou reutilizáveis, e processos de produção com menor emissão de resíduos.

6.2. Da exigência de amostra

6.2.1. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:



- Camiseta manga longa dry fit, com proteção UV-A e UV-B, fator de proteção solar FPS 50+.
- Camisa feminina social de manga longa - tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster).
- Camisa masculina social de manga longa, tecido misto de algodão e poliéster (70% algodão / 30% poliéster).
- Calça cinza operacional com refletivo verde neon - tecido resistente tipo brim (98% algodão e 2% elastano)
- Polo feminina - material: mínimo 50% de algodão
- Polo masculina - material: mínimo com 50% de algodão

6.2.2. A empresa classificada em primeiro lugar encaminhará as amostras para análise e classificação. As amostras deverão vir identificadas com o número da licitação, identificação da empresa licitante e com a apresentação da marca claramente indicada, igual à cotada na proposta, sob pena de desclassificação, se não apresentado.

6.2.2.1 Cada licitante deverá apresentar, para cada item, uma (01) amostra de cada tamanho previsto no lote (PP, P, M, G, GG, XG, G1, G2, etc.).

6.2.2.2 No caso específico das camisetas tipo Dry Fit, não será exigida a apresentação de todos os tamanhos em cada cor, devendo, contudo, ser entregue ao menos uma amostra de cada cor solicitada e uma amostra de cada tamanho existente, de modo a contemplar integralmente o catálogo de cores e tamanhos previstos no edital.

6.2.3. A análise das amostras será efetuada pela comissão designada através da Portaria Municipal nº 11083/2025.

6.2.4. As amostras deverão ser entregues e no máximo 5 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão de lance pregão. A adjudicação do certame está condicionada à aprovação da amostra.

6.2.5. As amostras serão avaliadas por Comissão especialmente designada, em sessão pública, a qual será agendada na própria sessão do Pregão caso não haja recurso, e caso haja recurso a sessão será previamente agendada e devidamente publicada no DOE, ou Jornal Oficial de Socorro, ou site oficial da municipalidade.

6.2.6. As amostras aprovadas permanecerão sob guarda do Município após a entrega definitiva dos produtos, servindo como referência de qualidade e conformidade para pedidos futuros que vierem a ser realizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços. As amostras entregues não serão subtraídas do montante a ser adquirido.

6.2.7. O produto DEVERÁ ESTAR no ato da entrega, em conformidade com as amostras apresentadas para análise.



6.2.8. As amostras não constituem parte dos quantitativos totais solicitados para o item e não serão devolvidas às licitantes, tendo em vista sua utilização para análise da compatibilidade do produto cotado com as especificações técnicas solicitadas.

6.2.9. Havendo divergência entre a amostra apresentada e as exigências mínimas contidas no neste termo de referência, a licitante terá suas amostras desclassificadas, sendo convocado o segundo colocado e assim sucessivamente, até que seja declarado um vencedor para o item.

6.2.10. Caso a amostra da primeira colocada de algum item não seja aprovada nos testes, a segunda colocada será convocada pela pregoeira para apresentar suas amostras e negociação NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS, e o mesmo ocorrendo sucessivamente com as demais licitantes no caso de reprovação.

6.2.11. Critérios de Avaliação dos Produtos:

6.2.11.1 Para fins de avaliação técnica das amostras de produtos apresentadas serão analisados os seguintes itens:

- a) Cor dos uniformes
- b) Qualidade do tecido.
- c) Qualidade do acabamento.
- d) Qualidade do silk e ou bordado para uniformes.

a.1 – Verificação, através da análise das peças, se as mesmas apresentam as cores solicitadas e mantêm um padrão para todos os itens;

b.1 – Verificação através da comparação com produtos de qualidade, para comprovar a similaridade, a fim de obter produtos de melhor qualidade.

c.1 – Verificação através da análise das peças, se as mesmas apresentam resistência no acabamento, bem como qualidade e boa aparência.

d.1 – Apresentação de modelo dos silk-screen/bordado – verificação da qualidade, verificação da aplicação da estampa, tinta (preenchimento total do desenho), visibilidade e análise da aplicação verificando se está de acordo com as especificações do edital.

Serão considerados aprovados, apenas os produtos e/ou materiais que obtiverem índice igual ou superior a 80% (oitenta por cento) de aceitabilidade.

Cada membro da Comissão avaliará os produtos segundo os critérios acima, atribuindo-lhes uma nota de 00 (zero) a 10 (dez), sendo obedecida a seguinte nomenclatura:

C = NOTA ATRIBUÍDA PARA A COR DOS TECIDOS;

Q = NOTA ATRIBUÍDA À QUALIDADE DO TECIDO;

QA = NOTA ATRIBUÍDA À QUALIDADE DO ACABAMENTO;

QB-C = NOTA ATRIBUÍDA À QUALIDADE DA APLICAÇÃO (DE ACORDO COM O EDITAL).



Exemplo:

Notas da Comissão Avaliação			
C	Q	QA	QB-C
9,5	8	8,5	9

O próximo campo a ser preenchido será o da média aritmética seguindo a seguinte fórmula: Soma das notas estabelecidas nos itens acima especificados e divididas por 04 (quatro);

Exemplo:

Notas da Comissão Avaliação				Média
C	Q	QA	QB-C	
9,5	8	8,5	9	8,75
8	7	8	8	7,75

* A porcentagem de aceitabilidade está diretamente condicionada a nota média, sendo que para mensuração desta porcentagem deverá ser multiplicada a nota da média pelo fator 10 (DEZ).

Exemplo:

Média: 8,833

Percentual: $8,833 \times 10 = 88,33\%$

* Para fins de análise dos produtos, é obrigatório o preenchimento dos campos com a especificação do produto, o nº do item ao qual corresponde e sua marca;

* O resultado final deverá ser expresso da seguinte maneira:

- Quando o item for considerado compatível com as necessidades do setor solicitante, será considerado **APROVADO**, devendo constar a seguinte expressão (A).
- Quando o item não atender às necessidades mínimas do setor solicitante, será considerado **REPROVADO**, devendo constar a seguinte expressão (R);

Exemplo:

Item	Produto	Marca	Notas da Comissão Avaliação				Média	% de Aceitação	(A) Aprovado (R) Reprovado
			T	Q	M	QB-C			
1	CAMISETA Dry fit	XXXXXX	9,5	8	8,5	9	8,75	87,5	(A)
2	CALÇA CINZA	YYYYYY	8	7	8	8	7,75	77,5	(R)

➔ As anotações técnicas deverão ser feitas sempre que houver necessidade de justificar o motivo pelo qual determinado produto e/ou material foi reprovado durante a análise e testes.



ANOTAÇÕES TÉCNICAS:
EX: Uniformes
Item 01 – Camiseta Dry Fit inconformidade de tecido, acabamento não resistente e com costuras aparentes, mostrando um acabamento inferior.
Item 02 – Calça Cinza – material não resistente, e não atende as especificações mínimas do edital, fios soltos no acabamento.

6.3. Da exigência de carta de solidariedade

6.3.1. Não se aplica

6.4. Subcontratação

6.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.5. Garantia da contratação

6.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6.6. Das obrigações

6.6.1 – Compete aos licitantes registrados empenhar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda a:

6.6.2 – Assinar a Ata de Registro de Preços;

6.6.3 – Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, do Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.6.4 – A entrega dos materiais deverá ser realizada no prazo e local estabelecidos.

6.6.5 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste Edital e seus Anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços;

6.8.6 – Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;



6.6.7 - Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, representantes, concessionárias ou técnicos;

6.6.8 – Manter-se durante toda a execução do objeto da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos;

6.6.9 – Informar ao Município a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente na regularidade do fornecimento.

6.6.10 - A licitante vencedora caso não informado na proposta deverá informar, o nome da pessoa que ficará responsável pelo atendimento do Órgão e o número do telefone, para possíveis contatos.

6.6.11 – Os produtos fornecidos(s) pelo(s) licitante(s) registrado(s) deverão seguir normas técnicas estabelecidas pela ABNT, INMETRO e normas estabelecidas por qualquer outro órgão regulador do governo federal, que esteja estabelecido durante a vigência da ata de registro de preços, no que diz respeito à característica, qualidade, peso, volume entre outros.

6.6.12 - A licitante está sujeita as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), podendo os produtos ser substituídos no prazo estabelecido pela lei, constatado qualquer defeito de fabricação.

7. MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1. Do acondicionamento

7.1.1. O produto, objeto deste termo, deverá ser entregue em embalagem lacrada, devidamente identificada com a descrição e a quantidade do material contido, com rótulo próprio e em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, umidade ou aderência ao produto, bem como sem nenhum dano (amassados, mofo, rasgos, sujeiras, dentre outros).

7.1.2. O produto deverá ser entregue acondicionado em embalagens adequadas, com o menor volume possível, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir-lhes a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7.2. Condições de Entrega

7.2.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do recebimento pelo fornecedor registrado da autorização de fornecimento regularmente emitida, sendo que a referida entrega deverá ser efetivada em remessa única.



7.2.3. Caso não seja possível a entrega até o prazo assinalado, o fornecedor registrado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Av Farmacêutico Osvaldo Paiva - Número 755 - Bairro Cubas - Socorro/SP CEP 13960-000.

7.3. Garantia, manutenção e assistência técnica

7.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DE EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DELAS DECORRENTES

8.1. O fornecedor registrado deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas na ata de registro de preços de acordo com as cláusulas avençadas, as normas correlatas, a Lei Federal nº 14.133/21, Decretos Municipais que regem a matéria, respondendo pelas consequências advindas de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre as partes devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. A Administração Pública Municipal gerenciadora da ata poderá convocar representante do fornecedor registrado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4 Fiscalização

8.4.1. A ata de registro de preços e eventuais contratações dela decorrentes, quer mediante contrato ou por instrumento que o substitua nos moldes autorizados pela Lei Federal nº 14.133/21, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) Servente em trabalho na Secretária de Serviços– Adriana Aparecida Barel.

8.4.2. O fiscal deverá prestar apoio técnico e administrativo ao gestor com informações pertinentes às suas competências e com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

8.4.3. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução da ata de registro de preços e de eventuais contratações decorrentes, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

8.4.4. O fiscal deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor registrado/contratado, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;



8.4.5. O fiscal informará ao gestor da ata de registro de preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, inclusive no que concerne a emissão de notificações.

8.4.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata de registro de preços ou de eventual contratação decorrente da ata de registro de preços nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.

8.4.7. Ao fiscal compete fiscalizar a execução da ata de registro de preços e de eventuais contratações dela decorrentes, para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, seja encaminhado ao gestor para a ratificação;

8.4.8. O fiscal comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da ata de registro de preços sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.4.9 O fiscal realizará o recebimento provisório do objeto contratado, mediante termo detalhado que comprove cumprimento das exigências de caráter técnico, quando cabível;

8.4.10. Compete ao fiscal examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias especialmente dos contratos que envolvem dedicação exclusiva de mão de obra.

8.5 Gestor

8.5.1. O gestor coordenará as atividades relacionadas à fiscalização da ata de registro de preços exercido pelo Senhora Diretora de Almoxarifado – Liziane de Souza Bruno.

8.5.2. O gestor acompanhará os registros realizados pelo fiscal, das ocorrências relacionadas à execução da ata de registro de preços e de eventuais contratações dela decorrentes e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.5.3. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação do fornecedor registrado, para fins de empenho de despesa e pagamento.

8.5.4. O gestor coordenará a rotina de acompanhamento e fiscalização da ata de registro de preços e de eventuais contratações dela decorrentes;

8.5.5. O gestor coordenará os atos preparatórios à instrução processual e ao envio de documentação pertinente à Secretaria de Administração para formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento e à extinção da ata de registro de preços e de eventuais contratações dela decorrentes;



8.5.6. Compete ao gestor realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

8.5.7. O gestor deverá emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

8.5.8. Compete ainda ao gestor a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções e aplicação de sanções em consonância com o apurado no processo sancionatório;

8.5.9. O gestor deverá emitir ordem de início de serviço, autorização de fornecimento ou outro instrumento congênere.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 Recebimento

9.1.1. Os bens serão recebidos:

9.1.2. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.1.3. Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias úteis da comunicação escrita do contratado.

9.1.4. O recebimento provisório e definitivo deve ser realizado conforme o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e em conformidade com a regulamentação contida no Decreto Municipal nº 4646/24, e em consonância com as regras definidas no ato convocatório ou no instrumento de contrato.

9.1.5. Ao receber a nota fiscal referente à entrega da compra, o fiscal, deverá proceder à conferência das informações registradas no documento fiscal e nos demais documentos entregues, conforme previsão no ato convocatório ou no instrumento de contrato e regulamentos legais.

9.1.6. Após a conferência documental, o fiscal do contrato deve realizar a conferência física dos materiais da compra, verificando se o quantitativo e a descrição da nota fiscal coincidem com o objeto da contratação entregue, inclusive quanto à quantidade e qualidade da compra.

9.1.7. Ao realizar o recebimento provisório, o fiscal do contrato deve elaborar termo detalhado, em consonância com suas atribuições, contendo registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgar necessários.

9.1.8. Em caso de irregularidades, o fiscal do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, para que proceda a notificação da contratada, por escrito, solicitando as correções devidas.



9.1.9. Constatada a regularidade, após as correções devidas, conforme o caso, o termo detalhado será encaminhado ao gestor para recebimento definitivo.

9.1.10. No recebimento definitivo o gestor deve realizar análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso ainda haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, deverá indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao fornecedor, por escrito, as respectivas correções.

9.1.11. Caso constatada a regularidade na execução do objeto deverá ser emitido termo detalhado para efeito de recebimento definitivo do objeto, e encaminhada a nota fiscal ou fatura e demais documentos que se fizerem necessários para liquidação e pagamento.

9.1.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento do item pertinente da ata de registro de preços, bem como à rescisão contratual, se for o caso, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10. PRAZO DE PAGAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento e aceite da nota fiscal a qual deverá ser devidamente certificada pelos responsáveis pela fiscalização e gestão.

10.2. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela contratada.

10.3.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, se for o caso.

10.3.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, se for o caso.

10.3.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



11. FORMA E CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, visando o registro de preços mediante formalização por meio de Ata de Registro de Preços.

11.2 Forma de fornecimento

11.2.1. O fornecimento do objeto será integral em relação futuras e eventuais contratações decorrentes da ata de registro de preços.

11.3 Exigências de habilitação

11.3.1. Não se faz necessária para o objeto contratado.

11.4 Habilitações jurídica

11.4.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.4.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.4.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.4 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz.

11.4.7 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



11.4.8 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.5 Habilitações fiscal, social e trabalhista

11.5.1 CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pelo Ministério da Fazenda.

11.5.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

a - A Prova de Inscrição Estadual poderá ser verificada através da DECA ou documento oficial equivalente, emitido pelo Estado de origem da licitante;

b- Caso a empresa não possua Inscrição Estadual deverá apresentar declaração de isenção, em substituição ao item acima citado.

c - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.5.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

1 – A Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União deverá ser procedida através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Positiva com efeitos de Negativa, a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei Federal nº 8.212/1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.

2 – A Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor deverá ser através de Certidão Negativa de Débitos Estadual Completa, ou positiva com efeitos negativa.

OBS:

a) Prova de Regularidade Estadual obedecerá aos critérios estabelecidos em cada unidade da Federação e em qualquer caso deverão constar todos os impostos pertinentes aos cofres Estaduais.

b) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.



11.5.4. FGTS - Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.

11.5.5. CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao)

11.5.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

11.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.6. Qualificação Econômico-Financeira

11.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 69, “caput”, inciso II.

11.7 Qualificação Técnica

11.7.1. Comprovação de aptidão técnica para fornecimento de itens com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos objetos deste estudo, por meio de atestados ou certidões emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem fornecimentos anteriores de natureza similar.

11.7.2 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

11.8 Cooperativas

11.8.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

11.8.2. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;



11.8.3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

11.8.4. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

11.8.5. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

11.8.6. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

11.8.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

11.8.8. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR

12.1. Os valores estimados para fins de registro de preços em ata visando futura contratação, conforme custos unitários e totais apostos na tabela prevista no item 1 deste presente termo de referência totalizam o montante de **R\$ 104.956,28 (Cento e Quatro Mil, Novecentos e Cinquenta e Seis Reais e Vinte e Oito Centavos)**, são resultados de pesquisa de preços realizada em conformidade com a previsão metodológica prevista no Decreto Municipal nº 4492/23, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/21.

12.2. Seguem em anexo os documentos comprobatórios das fontes e valores usados para composição de pesquisa de preços.

12.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (Art. 17 do Decreto Municipal nº 4650/2024):



12.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.3.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

13. CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

13.1 Será admitida a participação de consórcios e cooperativas, o que pode ampliar o rol de participantes, viabilizando propostas mais vantajosas, reduzindo riscos e garantindo maior eficiência à Administração, conforme o artigo 15 e 16 da Lei nº 14.133/2021.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

14.1 Tendo em vista se tratar de ata de registro de preços, foi encaminhada pela Secretaria da Fazenda a indicação da dotação orçamentária, conforme abaixo, sendo que a disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

02.10.00 - **SECRETARIA DE SERVIÇOS**

02.10.06 - Almoxarifado Municipal

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

04.122.0038.2125 - Almoxarifado Municipal

Socorro, 30 de janeiro de 2026.

Liziane de Souza Bruno

Diretora de Almoxarifado



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

Registro de Preço para eventual aquisição de UNIFORMES, designado a Secretaria de Serviços Públicos do Município de Socorro SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

PROCESSO ____/202_ – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/202_

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de ____, na cidade de Socorro, Estado de São Paulo, no **MUNICÍPIO DE SOCORRO**, com sede à Avenida José Maria de Faria, 71, centro, Socorro, Estado de São Paulo, **neste ato representado seu Prefeito Municipal**, Sr. _____, _____, _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF/MF nº _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro: _____, Cidade de _____, Estado de São Paulo, responsável pelo **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202_**, e de outro lado, a empresa adjudicatária no(s) item(s) abaixo, homologada em / / , doravante denominada **FORNECEDOR**, com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e Decreto Municipal nº 4650/2024, têm entre si, justo e avençado a presente ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado neste MUNICÍPIO, observada a ordem de classificação, o(s) preço(s) do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de **Insumos**, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, Inscrição Estadual nº xxxxxxxxxx com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxx, xxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, Cidade xxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxx-xxx, xxxxxs – SP, , representada pelo Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, cidade, RG nº. xx.xxx.xxx-x SSP-SP, CPF xxx.xxx.xxx-xx.

Item 1 - xxxx unidade: De xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Valor unitário registrado: R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Valor total registrado: R\$ xxxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

2 – DO OBJETO:



2.1 – Registro de Preço para eventual aquisição de UNIFORMES, designado a Secretaria de Serviços Públicos do Município de Socorro SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

3 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

3.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo/ Registro/ fabricante (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unidade	Valor Total

3.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, obedecendo ao Art. 11 do Decreto Municipal nº 4650/2024.

4 - DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços

4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela administração pública municipal gerenciadora por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



5.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.1.4 **No caso de prorrogação da ata de registro de preços**, os valores registrados poderão ser **reajustados**, sendo a data-base da proposta da licitação ou do orçamento a que ela se referir, como termo inicial de contagem para aplicação do reajuste. Na hipótese de prorrogação do vínculo, que ultrapasse o limite de 12 [doze] meses, o presente instrumento será reajustado com base no índice IPCA ou outro que o vier a substituir.

6.1.4.1 O reajuste dos preços registrados será formalizado por meio de simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.



7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a administração pública municipal procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a gerenciadora deverá realizar a negociação com vistas à redução dos preços registrados, bem como renegociar os valores dos contratos decorrentes da ata de registro de preços, com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pela administração pública municipal gerenciadora, quando o fornecedor:



8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 19 §2º do Decreto Municipal nº 4650, de 2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela administração pública municipal gerenciadora, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 18, § 3º e § 4º do art. 19, ambos do Decreto Municipal nº 4.650, de 2024.

9 DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência da gerenciadora a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

10 CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.



Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Socorro, de de 2026.

Município de Socorro

_____ - Prefeito Municipal

GESTOR DA ATA

EMPRESA DETENTORA DA ATA

Procurador(a) Jurídico(a)-PMES

TESTEMUNHAS: _____



ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA FINAL
(A ser apresentada após a disputa e readequada ao último lance)

Local e data.

À
Município de Socorro
A/C: Pregoeira.

Registro de Preço para eventual aquisição de UNIFORMES, designado a Secretaria de Serviços Públicos do Município de Socorro SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

Processo nº _____ - Pregão Eletrônico nº _____.

Vimos pela presente apresentar ao Município de Socorro, nos termos do processo em epígrafe, nossa proposta comercial, para a venda de _____, nos valores e condições a seguir:

Razão Social do Proponente:		CNPJ nº	
Endereço Completo:		CEP:	I.E. nº
Tel.:	e-mail:		
Nome completo do representante legal:		Cargo ou Função:	
RG nº		CPF nº	
Tel. do representante legal:		E-mail:	



--	--

Item	Qtde.	Unid.	Especificações	MARCA	Preço Unitário	Preço Total
					R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$	

A proposta final deverá constar:

a) As especificações dos itens ofertados (Documento contendo as especificações/descriptivos técnico completo dos itens ofertados);

b) Valor Total da Proposta: _____ (_____);

c) O preço unitário e total por lote, em moeda corrente nacional, sendo aceitas no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

d) Marca do Produto;

e) O prazo de validade da proposta: _____ (mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes);

f) Condições de Fornecimento: _____ (conforme Termo de Referência);

g) Prazo de Entrega: _____ (conforme com o termo de referência);

h) Condições de pagamento: 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal;

i) Declaração: Declaro sob as penas da lei, que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência;

j. Declaro sob as penas da lei, que o(s) preço(s) apresentado(s) contempla(m) todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado

XXXXX de de 20__.

Nome da empresa + Carimbo

Nome do responsável legal da empresa

RG do responsável/CPF do responsável



ANEXO “IV”

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

1) que cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº ____/2026, realizado pelo Município de Socorro, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

2) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

5) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);

6) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

7) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

8) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.



9) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de _____ de 20____.
Representante Legal/Procurador
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)